

Considerações finais

Primeiro foi a palavra.

Deus *disse*: “Faça-se a luz”, e a luz se fez. Ele viu que a luz era boa e a separou das trevas, criando a primeira oposição semântica da cosmogonia mais conhecida do Ocidente. E para que ela tivesse um solo onde pisar, Deus a *chamou* dia, e às trevas chamou noite (cf. Gênesis, I:1-5). Com a força ilocucionária divina, um mundo inteiro era criado. E não foi o único: Petter (2002:11) nos mostra que em outros relatos míticos, em culturas não-ocidentais, a linguagem verbal também aparece como instrumento “mágico” da *criação*.

Pode-se ver, naquelas cenas inaugurais, como são atribuídos à palavra os mais incríveis poderes. Em outro texto literário, muito conhecido, uma língua é investida do poder de impedir ou facilitar certos pensamentos e exercer, assim, o controle absoluto sobre a mente das pessoas – é o projeto da “Novilíngua” imaginada por Orwell em seu *1984*. Nos contos sobre magos e bruxas, os poderes sobrenaturais são exercidos através de um código linguístico, em que cada expressão mágica produz um encantamento ou desencantamento, faz aparecer ou desaparecer, invisibiliza ou visibiliza.

O fascínio pelo poder do discurso não é uma inovação desta época. Muito pelo contrário, ele nos acompanha desde os textos filosóficos mais antigos que se conservaram até os nossos dias – sobretudo aqueles que foram, depois, objeto do investimento disciplinador do pensamento ocidental, que “tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra” (Foucault, 1971:46). No entanto, talvez não tenha havido outro tempo em que ele tenha sido, como hoje, protagonista central de todos os assuntos humanos. Segundo Derrida (1989:7),

não há dúvida de que o *problema da linguagem* nunca foi apenas um problema entre outros. Mas nunca tanto como hoje invadira *como tal* o horizonte mundial das mais diversas pesquisas e dos discursos mais heterogêneos em intenção, método e ideologia. (...) Esta inflação do signo “linguagem” é a inflação do próprio signo, a inflação absoluta, a inflação mesma. Contudo, por uma face ou sombra sua, ela

ainda faz signo: esta crise é também um sintoma. Indica, como que a contragosto, que uma época histórico-metafísica *deve* determinar, enfim, como linguagem, a totalidade de seu horizonte problemático.¹⁰¹

Se essa “inflação” pode ser advertida como um fenômeno geral, no âmbito das lutas e reivindicações políticas envolvendo gênero e sexualidade, a linguagem tem um papel ainda mais destacado. No prefácio ao seu *Problemas de gênero*, J. Butler começa com a seguinte afirmação:

Os debates feministas contemporâneos sobre o significado do conceito de gênero levam repetidamente a uma certa sensação de problema, como se sua indeterminação pudesse culminar finalmente num fracasso do feminismo (Butler, 1990:7).

E não é à toa que ela faz essa declaração. A distinção entre sexo, gênero e sexualidade, a problematização das categorias de gênero¹⁰², sua naturalização ou desnaturalização, o lugar do feminino na linguagem (inclusive, a marcação gramatical de gênero), os efeitos de sentido presentes em diversos discursos e usos linguísticos que visibilizam, invisibilizam ou atribuem características positivas ou negativas, de domínio ou de subordinação, ao homem e à mulher, ou expulsam do território da “normalidade” certas identidades sexuais ou de gênero – todos estes assuntos, entre outros, estão desde sempre entre as principais preocupações do feminismo e do ativismo LGBT.

Mostramos neste trabalho como a disputa por duas palavras – nada mais e nada menos – mobilizou em três países uma série de argumentos “linguísticos”, que fizeram parte dos discursos, debates, documentos políticos, cartazes e abaixo-assinados a favor ou contra a nomeação como “matrimônio” ou “casamento” das uniões legais entre pessoas do mesmo sexo. Surpreendentemente, os legisladores discutiam no Congresso sobre etimologia, dicionários e concepções de linguagem, e esses temas apareciam em colunas e cartas do leitor nos jornais.

Não menos surpreendentemente, ambos os setores em oposição coincidiam na relevância que atribuíam a essa disputa linguística. Para ambos, conquistar a palavra – apropriar-se dela – era mais importante que qualquer outra coisa, porque

¹⁰¹ Grifos do autor.

¹⁰² Inclusive, ao interior do movimento feminista, onde nem sempre há consenso sobre, por exemplo, a aceitação das travestis ou transexuais com identidade de gênero feminina como *mulheres*.

lhe atribuíam, no contexto dessa disputa, uma força performativa capaz de mudar muito mais que os direitos materiais envolvidos na figura jurídica por ela nomeada.

Esta pesquisa nasceu enquanto isso acontecia em um dos países estudados, Argentina. E parte do percurso bibliográfico, da construção do corpus e da análise realizada foi alimentando, ao mesmo tempo, as páginas deste trabalho e as dos discursos que participavam da disputa, transformando-se assim, logo depois, em parte do corpus que ainda devia ser analisado. As conclusões provisórias da análise dos debates da Espanha e de Portugal deram lugar a um artigo acadêmico, vários artigos jornalísticos e, também, a documentos que foram entregues aos deputados e senadores argentinos, que os usaram para refutar os argumentos linguísticos contra o matrimônio homossexual que os setores contrários tomaram emprestados do debate daqueles países. Tudo isso, por sua vez, realizar mais análises e tirar novas conclusões.

Acreditamos, dessa maneira, ter levado a sério a proposta de Rajagopalan (2008:163), citada na introdução deste trabalho, que reivindica a atitude dos pesquisadores que “percebem que, ao proporem suas análises, estão tentando influenciar a forma como as coisas se apresentam, isto é, intervir na realidade que aí está”. Acreditamos, também, que este trabalho realize, ao mesmo tempo, uma contribuição ao conhecimento sobre a linguagem e uma contribuição ao debate dos temas aqui tratados, que logo serão objeto de debates semelhantes no Brasil.

Também é provável que os resultados deste trabalho sirvam de combustível para o início de novas pesquisas sobre a presença de disputas linguísticas nas lutas contemporâneas das minorias sexuais. Se no debate sobre o matrimônio homossexual, a linguagem adquiriu um caráter central, até se transformar praticamente *no debate mesmo*, a reivindicação que o segue nas estratégias de luta dos movimentos LGBT em distintos países (na Argentina, por exemplo, o debate legislativo ocorrerá ao longo de 2011) é *ainda mais linguística*: o direito à identidade e ao nome próprio das pessoas travestis e transexuais.

Podemos imaginar, desde já, algumas perguntas que começarão a ser trazidas à tona. Se uma pessoa que *se* chama a si mesma e é chamada pelos outros de Rosa tem uma carteira de identidade que diz que se chama Henrique, afinal, como se chama? Algum desses nomes é “verdadeiro”? E como um nome poderia não sê-lo? Hermógenes não se chama Hermógenes? Devemos chegar a um acordo

sobre os critérios que permitiriam determinar que tipo de nome, alguém *pode* ou *não pode* ter? Ou, com diz Wittgenstein, “correto é o que os homens dizem”, dado que estamos de acordo “[não] sobre as opiniões, mas sobre a forma de vida” (*IF* §241)?

Alguns dirão que Rosa não pode se chamar Rosa porque ela, de acordo com uma série de critérios “objetivos”, “naturais”, “essenciais”, é um homem, e portanto deve ter um nome de homem. Outros diremos – e com a escolha dos sujeitos destas orações já estamos dizendo – que Rosa se chama Rosa, porque *assim ela é chamada*. E ainda: O que é “ser um homem”? O que é uma mulher? Não há outras possibilidades? Será que nome dá, ou recebe, como diz Guimarães Rosa? Será que Rosa, com outro nome, teria igual perfume? Será que Rosa – além de tudo o que nós falarmos dela – tem direito a falar?